

ÍNDIOS NA UNIVERSIDADE: UM ESPAÇO DE FRONTEIRA DE CONHECIMENTOS

Ana Caroline Amorim Oliveira
ana.caroline.oliveira@gmail.com
CAPES
USP-UFMA

Este trabalho tem como objetivo pensar a relação entre os estudantes indígenas e a universidade. Espaço universitário entendido aqui enquanto um espaço de fronteiras (Tassinari, 2001) onde ocorrem encontro das diferenças interétnicas entre índios e não-índios. Toma-se como objeto de análise o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI) - ocorridos em 2013 e 2014 - em especial, os debates travados acerca do papel indígena na universidade e sua relação com a comunidade, em que foi observado uma demanda, tanto da comunidade como dos estudantes, por um retorno social, acadêmico e fortalecimento identitário.

Palavras-chave: ensino superior, estudante indígena, saberes tradicionais, saberes científicos, espaço de fronteira.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho²⁹¹ decorre de inquietações acerca da presença no ensino superior de estudantes indígenas, em especial, através das ações afirmativas, e propõe contribuir com as discussões no campo/área da educação escolar indígena.

A educação escolar indígena surge no contexto em que a Constituição Federal de 1988 determina direitos permanentes e coletivos aos povos indígenas. Os direitos culturais diferenciados são direitos baseados na coletividade e não apenas no indivíduo. Dentre esses direitos, está o direito referente a uma educação que garanta o respeito aos processos próprios de aprendizagem bem como o uso das línguas maternas garantindo um ensino bilíngue.

Desde o início desse processo com a obrigatoriedade e transferência da responsabilidade da educação indígena para o Ministério da Educação com a elaboração em 1993 das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena funda-se um momento em que a educação para os índios nas próprias comunidades passam a ser definidos

²⁹¹ Este trabalho expõe as reflexões iniciais desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa de doutorado sobre os estudantes indígenas na Universidade Federal do Maranhão-UFMA e a relação entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos científicos que desenvolvo no Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da USP.

pelas noções de “educação intercultural, específica e diferenciada”. Cria-se então com outros dispositivos legais que deram continuidade a esse processo uma categoria especial no sistema de ensino até então inexistente: educação indígena. (CONH, 2005; TASSINARI,2001).

Em relação ao ensino superior indígena que em parte decorre de um processo iniciado com a educação escolar indígena outras demandas aparecem. Segundo Antonio Carlos de Souza Lima (2007, p.09) e Mariana Paladino(2012) há dois vieses diferentes mas historicamente entrelaçados que tem desencadeado a busca e demanda dos povos e organizações indígenas por ensino superior: a educação escolar imposta aos índios e que teve como consequência a formação de professores indígenas. E a necessidades de profissionais indígenas graduados em conhecimentos ocidentais para tomar à frente da resolução de necessidades surgidas com o processo de territorialização contemporâneo que surge a partir da Constituição de 1988.

Lima (2007, p.16-17) afirma que a quebra do monopólio tutelar, a capacidade processual reconhecida às organizações indígenas, o surgimento de políticas para a educação como para a saúde colocaram os povos indígenas e suas organizações como protagonistas de processos para os quais se faziam necessários conhecimentos que não lhes pertenciam nem chegavam com facilidade.

Maria Barroso-Hoffman(2005, p.08) afirma existirem três linhas de ação referente a implementação do ensino superior para os índios no Brasil: primeira, expressa pela criação recente de cursos universitários de licenciatura intercultural, determinados por lei, voltados para a formação superior de professores indígenas e exclusivamente destinados a eles; a segunda, dirigida para a inserção de indivíduos indígenas nos cursos regulares oferecidos pelo sistema universitário, público e privado; e, a terceira, constituída pelas propostas de criação de universidades indígenas.

O objeto de reflexão neste trabalho são os estudantes indígenas que ingressam no ensino superior e sua relação com a universidade entendida como um espaço de fronteira (Tassinari,2001) das diferenças interétnicas, isto é, “espaços de trânsito, de articulação e troca de conhecimentos, assim como espaço de incompreensões e redefinições identitárias nesse processo, índios e não índios”.

Dessa forma, enquanto hipótese do trabalho pensa-se que a entrada no ensino superior nas universidades públicas e/ou privadas dos estudantes indígenas possibilitaria os mesmos a se tornarem intelectuais indígenas articulando os saberes indígenas e os saberes ocidentais. Os indígenas enquanto estudantes assumindo um novo protagonismo político no cenário político atual. Toma-se como objeto de análise o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI)- ocorridos em 2013 e 2014- em especial, os debates travados acerca do papel indígena na universidade e sua relação com a comunidade, em que foi observado uma demanda, tanto da comunidade como dos estudantes, por um retorno social, acadêmico e fortalecimento identitário dos povos.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES INDÍGENAS

O primeiro Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas²⁹² que teve como tema “Metas e desafios no caminho do ensino superior” ocorreu na Universidade Federal de São Carlos²⁹³, São Paulo, em setembro de 2013, com a presença de 52 etnias indígenas e 27 universidades públicas e privadas, estaduais e federais, participantes.

O evento foi organizado pelos estudantes indígenas da UFSCAR e organizado em 5 mesas redondas compostas por indígenas e organizadas pelos mesmos com os seguintes temas: As ações afirmativas e os povos indígenas; A educação escolar indígena; Pesquisa e extensão em territórios indígenas; Saúde indígena e a formação de indígenas na área da saúde; O movimento indígena no Brasil e suas contribuições para a formação de indígenas.

De cada mesa redonda saíram propostas que foram sistematizadas no relatório final do evento. Primeira mesa sobre as ações afirmativas teve 27 propostas dentre as quais a construção de uma rede de universidades para debater os diversos mecanismos e instâncias responsáveis para o acesso e a permanência dos estudantes indígenas reunindo os diversos programas das universidades referentes a moradia, alimentação, permanência, bolsas, apoio pedagógico e espaços físicos bem como discutir as modalidades de validação das identidades

²⁹² Não participei do I ENEI tendo acesso apenas ao documento final do evento divulgado na internet pelo site www.blogdareitoria.ufscar.br/?tag=i-enei.

²⁹³ A UFSCAR é uma universidade que possui política de ação afirmativa por meio de um vestibular específico para indígenas, com vagas complementares abertas em todos os cursos oferecidos nos seus três campi desde 2007. (Dal’Bo, 2010).

indígenas para a seleção e ingresso dos estudantes indígenas nas universidades. A autodeclaração como critério de acesso de acordo com as organizações políticas de cada comunidade indígena foi colocado como proposta bem como o retorno à mesma.

Outra proposta foi a criação de cursos específicos nas áreas de saúde, educação e gestão territorial e ambiental para estudantes indígenas, ampliando as ofertas já existentes em cursos regulares e licenciaturas interculturais para ampliação do mercado de trabalho dos indígenas. Que a universidade faça garantir espaço de fomento para a produção acadêmica dos indígenas, apoio ao estágio, garantia de que os estudantes indígenas participem dos programas de iniciação científica e de extensão nas universidades.

Em relação a grade curricular foi proposto a criação de disciplinas sobre temáticas indígenas ministradas pelos próprios indígenas nas universidades com o intuito de informar sobre os povos indígenas tanto os estudantes quanto os docentes das instituições.

Com relação ao acompanhamento pedagógico foi proposto que as universidades criassem uma orientação pedagógica com acompanhamento dos estudantes indígenas para que os mesmos tenham maior possibilidade de permanecer nos cursos de ensino superior bem como espaços de apoio para os estudantes.

Outro ponto levantado foi a necessidade de fomentar o debate sobre programas de inclusão nas universidades estaduais e privadas e também a ampliação dos programas de ações afirmativas também nas Pós-graduações.

A mesa sobre educação escolar indígena teve 22 propostas. E duas diretamente relacionadas com o ensino superior através da proposta de formação de instâncias de acompanhamento para a permanência do estudante indígena nas universidades, e contratação de profissionais, indígenas ou não- indígenas, que tenham experiência com o modelo escolar indígena específico e diferenciado e com a temática indígena e a proposta de exigir que os governos Federal, Estaduais e Municipais garantam recursos para continuar e ampliar os programas de formação dos professores indígenas em nível médio, superior e de pós-graduação.

Na mesa sobre pesquisa e extensão em territórios indígenas que teve 08 propostas foi muito debatido a legislação da pesquisa nas e das comunidades indígenas, em especial, a

questão de como tratar o conhecimento tradicional devendo respeitar as suas especificidades em virtude de nem todo conhecimento poder ter ampla divulgação e difusão.

O debate se estendeu sobre o Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos em relação ao reconhecimento da autonomia das aldeias na avaliação e autorização da entrada de pesquisadores(indígenas ou não) nas comunidades. Em razão disso, se propôs também sobre a elaboração de modos de consulta e autorização de pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas nas suas comunidades bem como a elaboração de um Termo de Acordo de Pesquisadores Indígenas e não-indígenas(TAPIN).

Na mesa sobre saúde indígena saíram 21 propostas. Os debates nessa mesa foram entrelaçados com o debate sobre educação já que se discutiu sobre a formação de profissionais de indígenas para atuar nas aldeias. Foram realizadas propostas acerca do respeito e o reconhecimento dos saberes tradicionais dos povos indígenas.

Dentre elas destaco a inclusão de “disciplinas obrigatórias de conhecimentos indígenas na área de saúde e em outros cursos ministrados por professores indígenas e não-indígenas que tenham experiência e conhecimento desta área”(Ufscar, 2013, p.18); reconhecimento e respeito aos conhecimentos dos pajés para contribuição na formação dos estudantes indígenas na área de saúde.

Foi proposto mais autonomia na formação do estudante indígena na área de saúde e da possibilidade de realização de estágio nas aldeias e com as equipes multidisciplinares das secretarias de saúde. Ao mesmo tempo incentivar que instituições de saúde recebam estudantes indígenas para realização de estágio. Um ponto forte debatido foi sobre a aproximação entre estudantes indígenas e não indígenas de saúde e as aldeias e as comunidades indígenas para que possam atuar de forma diferenciada respeitando os conhecimentos e práticas indígenas.

Em relação aos profissionais indígenas foi proposto discutir uma política que garanta a atuação e a valorização do profissional indígena após sua formação e realizar cursos de capacitação aos profissionais de saúde indígenas de diversas áreas como parteiras, agentes comunitários de saúde, conselheiro de saúde, etc.

Percebe-se que o tema do atendimento à saúde esta diretamente ligado ao tema do ensino superior e a formação de profissionais. Penso que no campo da saúde o embate em termos de conhecimentos científicos e tradicionais se colocam de maneira mais direta. Mesmo com a criação do Subsistema de Saúde Indígena²⁹⁴ o respeito aos sabedores e os seus conhecimentos ainda não é uma realidade.

A mesa sobre o movimento indígena teve 19 propostas. Três propostas estão relacionadas com a universidade e a formação de estudantes indígenas: compromisso dos estudantes indígenas e lideranças indígenas nas lutas de seu povo e do movimento indígena; fortalecimento do movimento indígena no âmbito das Universidades para que os estudantes se tornem mais comprometidos com as lutas de seu povo e que seja garantida a participação de nossas lideranças em todos os encontros que envolvam acadêmicos indígenas dentro da Universidade.

No documento final foram afirmados pontos cruciais de debate e por fim a proposta ao final do evento foi a necessidade de descolonização do ambiente acadêmico através da “ocupação do espaço acadêmico (não apenas com a presença dos alunos indígenas nos seus cursos, mas também com a ocupação dos espaços físicos da universidade proporcionada por esse encontro)”.(ENEI, 2013, p.23).

Em relação aos conhecimentos dos povos indígenas foi afirmado a falta de conhecimento da realidade dos povos indígenas e a necessidade de se abrir para os “conhecimentos e saberes indígenas, não entendidos apenas como “saberes populares”, mas reconhecendo os fundamentos desse conhecimento e sua validade, mesmo que não comprovada pela ciência acadêmica”. (idem).

Outro aspecto bastante ressaltado no relatório do evento foi o retorno à comunidade pelos estudantes indígenas lembrando da responsabilidade do mesmo com a sua formação e com a sua comunidade. Foi apresentado no documento a necessidade de uma formação ampla para que o futuro profissional indígena esteja hábil para um diálogo intercultural e a atuação no mercado de trabalho.

²⁹⁴ A Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 cria o Subsistema de Saúde Indígena integrado ao Sistema Único de Saúde-SUS. Em janeiro de 2012 cria-se a Política Nacional de Saúde Indígena através da Portaria do Ministério da Saúde nº 256.

Essa relação entre o estudante e a comunidade de origem foi apresentada como fundamental para a formação do mesmo em virtude da construção da formação do índio com a participação da comunidade. Esta proximidade possui ainda um outro desdobramento em relação aos conhecimentos indígenas que devem ser respeitados tanto na condição de ensino como difusão dos conhecimentos indígenas respeitando os segredos e as restrições.

O segundo encontro nacional de estudantes II-ENEI²⁹⁵ com o tema “Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios” ocorreu em agosto de 2014 em Mato Grosso do Sul, com a abertura na Universidade Católica Dom Bosco e os outros dias do evento ocorreu em um Hotel Eco do Lago no qual os estudantes indígenas ficaram alojados. Da mesma forma que o primeiro encontro este foi totalmente organizado pelos indígenas e composto por indígenas dando ênfase ao papel ativo dos povos indígenas.

Compareceram 44 universidades brasileiras e 2 universidades latino-americanas (Universidade Indígena da Colômbia e Universidade do Equador) e 49 etnias diferentes²⁹⁶. Segundo Jodas (2014, p.02) esses números revelam “uma riqueza de experiências e de trajetórias escolares distintas que se cruzam na universidade, e que passam a contestar as estruturas hierárquicas e os saberes ocidentais hegemônicos existentes”. O evento deste ano ganhou um caráter internacional ampliando os seus debates para a realidade dos indígenas da América Latina. O que é importante em virtude da proximidade com os outros países latinos e indígenas de outros países virem estudar no Brasil.

A programação do evento foi dividida em seis mesas redondas e uma sessão das apresentações das pesquisas dos estudantes indígenas com os seguintes temas²⁹⁷: Políticas Públicas para Educação Superior Indígena: avanços e desafios; Diálogo dos novos desafios da pós-graduação; o Estudante indígena e a luta pelo território tradicional; o Pesquisador Indígena e sua comunidade; o Profissional Indígena na Construção de uma Saúde Indígena Diferenciada e Universidade Intercultural Indígena no Brasil. Ocorreram as atrações culturais

²⁹⁵ No II-ENEI participei do evento e as informações aqui apresentadas são resultantes da observação e registro pessoal dos debates ocorridos no evento. O documento final ainda está em processo de finalização.

²⁹⁶ Dados retirados da previa do documento final do II-ENEI que esta em etapa de finalização. Dessa forma, as propostas ainda não foram sistematizadas.

como como cantos, desfiles de trajes étnicos, vídeos dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

Um dos pontos de destaque foi sobre a responsabilidade dos estudantes indígenas com a sua comunidade, seus saberes tradicionais e dos sabedores e um retorno social dos mesmos depois de formados. Novamente se debateu sobre criação e fortalecimento de programas de acesso e permanência em todas as instituições de ensino superior a necessidade de uma política de acolhimento dos estudantes indígenas que incluía a garantia de alimentação, moradia e transporte para as comunidades de origem na universidade tanto na pública quanto nas instituições privadas.

Foram colocadas questões de cunho pedagógico como, por exemplo, um acompanhamento dos alunos um aumento do período de graduação para alunos indígenas e quilombolas além de mudanças em relação as grades curriculares dos cursos regulares nas universidades. Um dos grandes debates foi conseguir um estatuto de igualdade entre saberes indígenas e ocidentais levando para as universidades, para ocupar os espaços universitários. Uma crítica contundente feita pelos estudantes em vários momentos do evento foi a imposição da universidade dos saberes universais e uma não abertura em relação aos saberes tradicionais indígenas. Esse contexto podendo acarretar em um processo de colonização dos estudantes em relação ao seu próprio povo. O que tornaria ainda mais importante o compromisso de retorno para a aldeia para continuar a luta indígena.

Em muitos momentos foi colocado pelos estudantes o fortalecimento da identidade indígena nos espaços universitários em que o preconceito está muito presente. Em que o embate com os estereótipos e o sujeito indígena. Em alguns depoimentos de estudantes indígenas, em especial, do Nordeste, onde foram bem marcados o questionamento da legitimidade da identidade indígena em virtude da miscigenação lá ocorrida (entre índios, negros e caboclos) e de alguns elementos culturais terem se “perdido”(como as línguas maternas, rituais, entre outros) com o processo de violência e colonização interna ocorrendo nas últimas décadas um processo de reafirmação étnica²⁹⁸.

²⁹⁸ Para adentrar na discussão sobre índios do nordeste e identidade ver Oliveira(1998).

Um aspecto muito levantado foi o fato de que a entrada na universidade e no ensino superior foi avaliado tanto sob a forma de um “empoderamento”, expressão colocada ao longo de todo o encontro, como também como um risco em relação ao encantamento que os jovens podem ter com a vida na cidade. O retorno à comunidade devendo ocorrer para dar continuidade a luta pela territorialidade e, conseqüentemente, pela identidade étnica.

CONCLUSÃO

A partir das observações iniciais feitas do ENEI podemos ter como primeiras considerações que a universidade ainda esta se construindo enquanto um espaço de fronteiras como define Tassinari(2001) em virtude de haver uma predominância dos conhecimentos ocidentais no espaço universitário e a presença indígena esta iniciando um movimento de organização dos estudantes nesse novo espaço de luta e de empoderamento político e étnico. A questão central ainda permanece em aberto: Como a universidade pode lher dar com novos regimes de conhecimento e se tornar um espaço de fronteira de conhecimentos? Uma outra hipótese se constrói: será que a presença indígena se organizando enquanto um movimento pode enfim descolonizar a universidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Fundação Nacional de Saúde*. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.
- _____. *Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999*. Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. In: Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.
- BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.34 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- _____. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

- BANIWA, Gerssem José dos Santos Luciano. *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Brasília: UNB, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004
- BARROSO-HOFFMANN, Maria. *Direitos culturais diferenciados, ações afirmativas e etnodesenvolvimento: algumas questões em torno do debate sobre ensino superior para os povos indígenas no Brasil*. Comunicação apresentada no Simpósio Antropologia Aplicada y Políticas Publicas do 1º Congresso Latinoamericano de Antropologia- ALA, realizado em Rosário, Argentina. 2005.
- COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. *Estado nacional e cidadania diferenciada*. Trabalho apresentado na Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais. Caxambu, 2004.
- COHN, Clarice. “Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura criança e cidadania ativa”. In: *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.23, n02, p.485-5-515. Jul/dez. 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: *Cultura com aspas*. São Paulo: Ed. Cosac Naify,2009.
- _____. “ “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais”. In: *Cultura com aspas*. São Paulo: Ed. Cosac Naify,2009.
- DAL’BO, Talita Lazarin. *Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre ‘cultura’ e ‘conhecimento tradicional’*. Dissertação mestrado em Antropologia Social. São Paulo: UFSCar, 2010.
- JODAS, Juliana. *A descolonização das mentes e epistemologias: sobre o II Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI)*. Disponível em <http://etnico.wordpress.com/2014/09/16/a-descolonizacao-das-mentes-e-epistemologias-sobre-o-ii-encontro-nacional-dos-estudantes-indigenas-enei/>. Acessado em Publicado em 16/09/2014.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Educação Superior para indígenas no Brasil sobre cotas e algo mais”. In: *Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas : desafios para uma*

educação superior. Disponível em: <http://www.ufpa.br/juridico/documentos/textoAntonio.pdf>. Para: Belém, Brasil. 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco. “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *MANA* 4(1):47-77, 1998.

PALADINO, Mariana. *Educação Escolar Indígena no Brasil Contemporâneo: entre a ‘revitalização cultural’ e a ‘desintegração do modo de ser tradicional’*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2001.

_____. “Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior”. In: *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa. V.7, Numero Especial, p.175-195, dez.2012.

SOUZA, Lílíana Vignoli Salvo de Salvo. *A articulação de saberes tradicionais e técnicos como fundamento de uma proposta de educação intercultural na Amazônia brasileira*. 2013. Disponível em http://pages.ucsd.edu/~lزامosc/ERIPpapers2013/Salvo_Liliana%20-%20paper%20educacao.pdf. Acessado em 13.10.2014.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In:(org) Aracy Lopes da Silva. *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

UFSCAR. *Documento Final do I-ENEI: Metas e Desafios no Ensino Superior*. Setembro, 2013. Disponível em www.blogdareitoria.ufscar.br/?tag=i-enei. Acessado em junho de 2014.